CDU 301.175(81)

A POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: o contexto dos discursos, da representação social e do conflito

Sérgio Silva[1]

O movimento social e o campo político

É possível afirmar que os movimentos sociais se caracterizam como agentes que pertencem e atuam dentro do campo político e do mercado de relações políticas, porém, são agentes que, embora estejam presentes no campo, estão fora do sistema político oficial no qual se apresentam as instituições político-partidárias.

Com isso, os movimentos sociais garantem sua atuação no campo político como grupos de pressão paralelos ao sistema político. Ao mesmo tempo em que isso diferencia as instituições partidárias dos movimentos sociais, permite que se estabeleça uma proximidade entre ambos, constituída pelo jogo de interesses nas relações sociais e de conflito pois, os movimentos assumem o caráter de representantes de interesses populares, a partir dos quais instrumentalizam mobilizações sociais como forma de ação política. A mobilização social é o processo pelo qual os agentes coletivos dos movimentos reconhecem e objetivam suas ações como forma de pressão na sociedade constituindo, assim, as formações sociais do conflito.

A origem dos movimentos sociais em todo o mundo é marcada pelo caráter de mobilização e de conflito, constituindo um novo tipo de espaço público de ação social que está situado entre a Sociedade Civil e o Estado (Sérgio Costa: 1994; 1996. Melucci: 1989), ou seja:

> *Um espaço público intermediário, cuja função não é institucionalizar os movimentos, nem transformá-los em partidos, mas fazer a sociedade civil ouvir* suas *mensagens e traduzir suas reivindicações na tomada* de decisão política (...). *(Melucci:1989; p. 64).*

1 Professor do Departamento de Sociologia da UFPE.

Os movimentos sociais quase sempre organizam mobilizações com o objetivo de luta para adquirir conquistas e reconhecimento social. Este é um processo direcionado ao sistema político e à esfera do Estado em busca de bem-estar social (*Welfare State*) e cidadania. Melucci parte dessa concepção para definir a formação de um movimento social,

> *Il processo concreto attraverso cui un movimento si constituisce e comincia ad agire si qualifica, in termini sociologici, come mobilitazione.Nel suo significado generale la mobilitazione é il processo attraverso cui una unità sociale assume con relativa rapidità il controllo su risorse che in precedenza no controllava. (1990; p.102).*

A forma de agregação e organização social dos movimentos cria uma função de sociabilidade e de participação em que os movimentos sociais são vistos como sistemas de ações, que atuam num campo de possibilidades e de limites, configurando sua forma de mobilização como ponto crítico de observação dentro da sociedade. Desse modo, a maneira como os atores constituem suas ações é definida pela ligação real entre orientações objetivas, oportunidades objetivas e coerções sistêmicas no campo social. (Idem).

A forma de ação dos movimentos é, sem dúvida, articulada pela ação social do protesto e do questionamento crítico em relação ao sistema social, mas o caráter de protesto é apenas um aspecto do processo de relações em que se reivindicam respostas e ações do sistema político e a interação dos grupos que estão presentes nele em relação à sociedade. Na lógica desta relação, segundo Melucci,

> *"à confrontação com o sistema político e com o estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva. O conflito (...) pode afetar o próprio modo de produção ou da vida cotidiana das pessoas (envolvidas nele)." Os participantes do movimento, nesse tipo de relação, não estão apenas objetivando (...) "uma orientação econômica calculando custo e benefício da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade (...)" (1989; p.54) como forma de reconhecimento social.*

Dessa maneira, o processo de mobilização implica objetivações políticas e representações subjetivas na vida cotidiana dos sujeitos.

Definiríamos, sumariamente, o movimento social como um sistema de ação explícito e implícito que interliga orientações e significados plurais, confrontamentos e objetivações complexas referidas situacionalmente no contexto das relações estabelecidas no tecido social. Com isso, o significado de uma mobilização coletiva depende de seu sistema de referência e de suas dimensões, o que implica afirmar que o estudo sobre tal mobilização está referido a um opositor, que pode ser um sistema organizacional, um sistema político ou um modo de produção socioeconômico, como afirma Melucci. (Idem).

Esta argumentação se aproxima das considerações de Alain Touraine que vê a existência do movimento social a partir da situação relacional que envolve três aspectos: a identidade social, o opositor e o campo de conflito no qual se estabelecem interesses políticos atrelados a princípios gerais e particulares nas sociedades democráticas. Situação que cria um elo entre o ator social e o panorama situacional da política na sociedade. (Touraine: 1995; 1996).

Em sua concepção, o sujeito (construção do indivíduo em ator social) reconhece sua situação e articula-se em nome da mudança pois,

> *É em termo de autor e de conflito que se deve definir o sujeito: ele não é um princípio que paira acima da sociedade, nem um indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social (...). (idem: 1996; p. 248).*

A relação entre o movimento social e o sistema político segue a lógica da representatividade discutida a partir de Bourdieu (1989). Para Touraine, o sistema político, de uma maneira geral, procura considerar as expressões de demandas dos movimentos sociais como anseios possíveis de negociações e resoluções, no sentido de buscar representatividade política para os agentes do sistema e esse contexto garante a formação social dos conflitos dentro da democracia participativa.

Para o autor, numa sociedade democrática

> *Um governo (ou mesmo o sistema político nele representado) que procura legitimar sua ação pelas restrições da situação, perde seu caráter democrático(...). Por outro lado, só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade* (...) ao mesmo tempo em que organiza e desenvolve conflitos. *(idem; p. 85).*

Isso está presente nas análises sobre os movimentos sociais de uma maneira geral, sobretudo nas análises desenvolvidas no Brasil.

Fazendo um breve levantamento histórico da discussão sobre os movimentos sociais, verificamos que as características marcantes de seu surgimento são quase sempre definidas em termos de mobilização social, reconhecimento identitário e conflito social. Isto está presente desde a década de 70, período em que se viu surgirem análises que os caracterizavam pelas contradições estruturais do sistema político e econômico, tendo os movimentos capacidade de mobilização transformadora. Uma perspectiva que foi mudando ao longo do tempo mas que, essencialmente, não perdeu as características fundamentais citadas linhas acima.

Numa avaliação das análises sobre os movimentos sociais, verificamos que as bases de discussão do surgimento dos movimentos caracterizam-se por mudanças estruturais do Estado e do poder político nele apresentado. Nesse contexto, os movimentos sociais se fizeram presentes no campo político como novos sujeitos de transformação social.

As análises iniciais apresentaram um caráter estrutural que, com o passar do tempo, assumiram uma perspectiva menos pretensiosa enfocando um aspecto mais próximo das relações sociais e políticas imediatas, procurando demonstrar, a partir do enfoque político do cotidiano e de seu potencial de mobilização social, um caráter mais concreto da situação dos movimentos e de seu contexto interativo na sociedade.

O Brasil é, sem dúvida, um país marcado por todos esses aspectos de análise desde a década de 70 (em que se discutia análises estruturais com base em Castells) até os dias atuais, em que se discutem outras perspectivas como matrizes discursivas e políticas cotidianas. Vejamos um rápido contexto dessas análises.

Um rápido panorama

Tomando a década de 70 como ponto de partida, Castells analisa os movimentos sociais como novos sujeitos de mudança social emergentes das contradições do sistema político e econômico do Estado capitalista. Seu ponto de partida foi a busca de uma teoria que desse conta da nova situação de transformação da sociedade. (Castells: 1975; 1976; 1980; 1983; 1989).

Com isso, ele inaugurou uma discussão sobre as novas formas de contradição, conflitos e mudança social no campo da reprodução do sistema capitalista, que se concretizavam na questão urbana.

Seu enfoque parte da lógica factual de que o sistema econômico e político criava crises estruturais e, com isso, impossibilidades de organizações no tecido social no que diz respeito à garantia das demandas dos produtos e dos meios de consumo da sociedade.

Castells mostra que o desenvolvimento do consumo coletivo é um modo de pressão estratégico no núcleo do sistema social. Os grupos constituintes do movimento social criam sistemas de pressão na sociedade a partir da reivindicação do suprimento de suas necessidades e isso constitui uma nova forma de prática política.

A partir dessa perspectiva, Castells analisa o Estado dentro de um caráter paradoxal em relação à sociedade civil e ao sistema produtivo. O fato de o Estado ser o agente de superação dos problemas urbanos geraria novas crises e novas contradições, implicando novos conflitos, pois o Estado traria para si a conjuntura de reivindicações e demandas, provocando um deslocamento dos problemas estruturais decorrentes das relações do sistema econômico e político, ou seja, os problemas (de uma maneira geral) proporcionados na esfera da produção seriam transferidos para a esfera pública estatal.

O paradoxo está no aspecto limitado que o Estado teria para solucionar os problemas estruturais, pois seus investimentos gerariam déficits públicos, negativos para a lógica do desenvolvimento do capital no sistema. Ao mesmo tempo, segundo Castells, o não investimento absoluto, por parte do Estado, faria surgir novas crises e contradições na sociedade. Com isso, o Estado assume um caráter semipendular, em relação à sociedade civil e ao sistema de produção, pois procuraria solucionar apenas as questões estruturais relacionadas ao funcionamento do sistema produtivo.

Dentro desse contexto, os movimentos sociais, como agentes mobilizadores, apresentam o aspecto de formas alternativas de mudança, o que demarcou o caráter das abordagens iniciais sobre o tema. Posteriormente, Castells faz uma reavaliação de suas abordagens primeiras, mantendo o caráter estrutural de análise.

Numa nova perspectiva vemos ressaltado o papel dos movimentos sociais (aglutinando vários segmentos da sociedade civil) como sujeitos da transformação social que resulta da impossibilidade da ação da classe trabalhadora como o único agente de transformação. Castells afirma que o papel dos trabalhadores é importante na mudança social, mas isso não é suficiente para o entendimento dos novos conflitos urbanos e da mudança na sociedade e, nesse sentido,

os movimentos se mostram como novos sujeitos que correspondem a essas novas situações sociais assumindo, com isso, um papel importante neste processo. Ele afirma que:

> *A cidade é um produto social resultante de interesses e valores sociais conflitantes. (Sendo assim), A teoria da mudança urbana tem que considerar os dois aspectos, a ação dos interesses dominantes e as alternativas a esta dominação oriundas do movimento social popular (...). O que implica afirmar que, "embora as relações e a luta de classes sejam fundamentais para o entendimento dos conflitos urbanos, estas não são a única origem da mudança social urbana – o papel autônomo do Estado, as relações de gênero, movimentos étnicos e nacionalistas, movimentos que se definem como civis, são entre outros, fontes alternativas de mudança social. (1983; p.291).*

Esta perspectiva inaugura uma nova discussão sobre os movimentos sociais no Brasil. Vera da Silva Telles nos diz que os movimentos sociais são a novidade da reorganização da sociedade civil que retoma, sob o significado do novo, práticas políticas de questionamentos e reivindicações, fazendo com que a sociedade se movimente em um momento em que ela parecia presa por uma *"normatividade tecnocrática e repressora que despolitizava e privatizava a vida social."* (1987; p. 55)

A questão importante dessa novidade é seu caráter de pretensa "autonomia" na ordem do popular (fundamentalmente criticado nos anos seguintes), que junta, num mesmo contexto, uma nova forma de participação política (a partir do questionamento das contradições no espaço social) e novas formas de conflitos sociais.

O que emerge, nesse período, é algo distinto decorrente do fechamento dos canais de participação democrática e da reestruturação do sistema capitalista no Brasil. Como afirma Ruth Cardoso:

> *Em vez de um capitalismo excludente (...) os anos 70 trouxeram à cena uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade (...). Durante esse período instalaram-se regimes militares que, rompendo* abruptamente com

> *sistemas políticos democráticos, proscreveram todas as organizações ligadas às classes populares. Apesar deste contexto tão negativo de reorganizações do Estado e da sociedade (...) assistimos a uma revitalização das manifestações da vontade popular." (1983; p. 216).*

Portanto, o significado positivo que toma os movimentos sociais está no sentido de mudança proposto à sociedade, dando aos indivíduos um novo caráter de mobilização política. Nessa ordem, o sentido simbólico da participação popular era o "*boom*" dos movimentos sociais e isso incidia diretamente em conflitos políticos.

A idéia de pretensa autonomia, nesse primeiro momento, reflete a não vinculação com agentes externos, pelo menos até meados da década de 70, período em que serão feitas releituras críticas sobre a visão otimista dos movimentos sociais.

As primeiras análises sobre os movimentos sociais no Brasil se fundamentam nas contradições dentro do sistema capitalista, pelo qual o nível de consumo coletivo e a prática política são necessariamente baixos incidindo na grande reflexão sobre as carências e nas novas formas de participações políticas, uma perspectiva que sofre influência das explicações de Castells visto anteriormente.

A partir dessa visão, alguns autores como Lúcio Kowarick e José Álvaro Moisés analisam o processo de ação política do movimento no Brasil a partir de um enfoque estrutural .

Lúcio Kowarick (1982) vem mostrar na análise da espoliação urbana que o processo de contradição ocorrido nas áreas metropolitanas é derivado da soma de extorsão que ocorre pelo fato de não haver, ou haver com precariedade, equipamentos de consumo coletivos como serviços que se prestem, com eficiência, à solução das necessidades do cotidiano da vida coletiva da sociedade.

Esse questionamento demonstra o aumento do problema da vida coletiva dos sujeitos na expansão do universo urbano. Como exemplo de análise, Kowarick relaciona uma conjuntura de problemas na tentativa de justificar sua afirmação, tais como estratificação urbana na relação capital e trabalho, as condições de moradia, serviços de saúde e educação que são, segundo o autor, precários enquanto equipamentos de consumo coletivos e individuais e que resultarão na mobilização social como forma de resolução dos mesmos.

José Álvaro Moisés (1982) é outro autor que não foge a esse

tipo de análise. Em estudo sobre o Estado, Contradições e Movimento Social, este autor aborda a prática política e social dos setores populares da sociedade como sendo resultado direto das contradições criadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista e formula basicamente o mesmo tipo de crítica que houvera sido discutido por Castells, em que o Estado opta por investimentos nos setores mais rentáveis da produção e do consumo em detrimento de investimentos referentes à expansão e à criação de equipamentos e serviços de consumo coletivos a serem utilizados pelas comunidades populares.

José Álvaro Moisés argumenta que:

> *Essas novas formas de participação social e política, se expressaram em nível da problemática urbana que foi se constituindo durante o processo de formação dos grandes centros urbanos brasileiros, isto é, no contexto de seu desenvolvimento e funcionamento com grandes aglomerados humanos que viabilizam a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista* (p.14) e com isso, no Brasil, *a formação das principais áreas metropolitanas brasileiras foi acompanhada do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que aparecem na forma das 'distorções urbanas' (...). Aumentou a demanda de serviços de infra-estrutura e por um sistema de transportes coletivos mais rápidos e eficientes pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local de moradia e o local de trabalho da mão-de-obra.* (idem; p.17).

Além dessas questões, Moisés argumenta que da forma como o sistema capitalista moderno se desenvolve faz com que surjam novas exigências e novas expectativas referidas à qualificação da produção, o que diz respeito diretamente a também qualificação e especialização dos trabalhadores.

Como vemos, estas abordagens têm uma mesma temática e, também, uma mesma estética discursiva, referindo-se aos argumentos da análises estrutural dos movimentos sociais. Isso suscitam críticas de análise centradas no aspecto bem mais político e bem menos estrutural e de outras de natureza mais subjetivista.

As críticas de análise política

As formas de análise acima apresentadas sofrem contraposições críticas, com significados e direcionamentos distintos,

em referência às relações sociais e a realidade dos movimentos no Brasil.

Dentro desse contexto, Pedro Jacobi (1987) formula um panorama crítico a partir de duas questões enfatizadas nas abordagens estruturais: a primeira refere-se à importação de teorias e seu uso indiscriminado no Brasil, sem que se leve em consideração as diferenças existentes entre a realidade brasileira e a realidade dos países da Europa de capitalismo avançado. A segunda diz respeito ao caráter da "autonomia" dos movimentos sociais no Brasil (o qual ele tenta desmistificar) e, conjuntamente com isso, também analisa a forma de relacionamento dos movimentos sociais com o sistema político.

Este autor reavalia as análises sobre os movimentos sociais fazendo uma distinção da questão nos países da Europa e no Brasil, mostrando que as práticas políticas dos movimentos sociais nos primeiros países possuem ações bem mais amplas e diversificadas que permitem articulações entre níveis sociais distintos e, no caso do Brasil, ele afirma que são poucos os grupos dos movimentos que conseguem fazer articulações entre setores populares com setores médios da sociedade.

Essa argumentação recai sobre um ponto crítico de análise o qual mostra que a ação política dos setores populares tem pouca dinâmica no sentido em que as formas de ação dizem respeito ao caráter reivindicativo de equipamentos coletivos para esses setores e não a algo que consiga ultrapassar o particularismo. Apesar disso, Jacobi não nega que os movimentos sociais no Brasil conseguiram conquistar uma nova visibilidade política dentro da realidade social brasileira, marcada por um Estado autoritário.

Para discutir a relação entre os movimentos sociais com o Estado e o sistema político, este autor percorre um caminho diferente das abordagens estruturais. Enquanto as análises com base na visão de Castells compreendem que os movimentos sociais devem estabelecer uma relação distinta com o Estado e com o sistema capitalista, para Jacobi (1987), a questão dessa relação no Brasil deve ser abordada de forma conjuntural, enfatizando o ponto fundamental que é o plano da politização dos problemas urbanos. Nesse contexto, a abordagem sobre o tema com a compreensão da politização de tais problemas é uma questão que redimensiona a análise sobre os movimentos sociais para além de uma interpretação com base no caráter de "autonomia" enfatizado anteriormente.

As críticas feitas por esse autor com relação à transposição

dos referenciais teóricos da Europa são pertinentes porque essas incorporações teóricas requerem, necessariamente, uma avaliação crítico-adaptativa. Como apropriadamente ele afirma:

> *Se a noção de contradições urbanas representa uma interpretação com forte conteúdo economicista, o problema não está na sua transposição acrítica, mas nos pressupostos nos quais se baseia.(...) ao falarmos de contradições urbanas estamos nos referindo ao pressuposto que parte de fatores objetivos que desencadeiam a emergência de lutas sociais, ignorando a existência de outras práticas. (...) o que nos é dado verificar é que a existência de contradições urbanas não representam necessariamente a emergência de mobilizações populares. Assim, a relação entre carências/exclusão com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica, mas permeadas por mediações que nos permitam estabelecer elos entre a vivência/percepção e ação propriamente dita. (Jacobi: 1987; p.254).*

Percebe-se assim que a crítica por ele levantada não se limita ao caráter importado de paradigmas teóricos para que se explique a realidade brasileira, mas também para mostrar que a questão do movimento social no Brasil requer um olhar mais próximo que permita que a emergência das lutas político-sociais possa ser vista pelas próprias mediações e ligações entre experiências cotidianas, concepções, percepções e ações dos agentes, ou seja, aproximar-se dos diversos níveis de relações sociais para que seja possível entender as aspirações representadas pelos sujeitos nos movimentos sociais.

Em análises mais recentes, Jacobi (1993) ressalta com ainda mais clareza a conjuntura dos movimentos sociais em articulação com os agentes externos em fins da década de 70. Ressaltando uma polarização entre o Estado e a sociedade civil, suas análises fazem menção ao caráter da institucionalidade política das ações do movimento social, como prática das ações coletivas na sociedade.

Discute a participação dos movimentos sociais nos meios de comunicação, sua utilização para fazer valer as suas reivindicações e, também, analisa as novas articulações com agentes externos como: o novo sindicalismo nos anos 80 que examina a questão da reprodução da força de trabalho, e a igreja, especificamente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas últimas são enfocadas como privilegiando os direitos à cidadania em todos os níveis, sendo percebidas como catalisadores do discurso crítico sobre e contra o

Estado, no qual é reforçada a polarização entre Estado institucional e sociedade civil.

Esta ótica parece promissora desde que o caráter dos movimentos sociais somente pode ser entendido se relacionado com esses agentes externos, os quais dão dimensão instrumental aos vários grupos na sociedade e, assim, constituem as práticas discursivas e as práticas de ação no tecido social.

É aliás, inviável falar de movimentos sociais no Brasil em meados e fins da década de 70, década de 80 e na atualidade dos anos 90 sem tais agentes externos. Como seria possível pensar os Clubes de Mães sem a influência sindical e eclesiástica? Associações de Moradores sem influência de ONGs? O sindicalismo na atualidade sem a influência do partido político ou outros organismos da sociedade civil?

É necessário pois, introduzir a dimensão crítica sobre o caráter autônomo dos movimentos sociais no Brasil e focalizá-lo no contexto das relações sociais nas quais está inserido.

Propõe-se que a análise crítica sobre os movimentos sociais seja feita com base nos aspectos político-subjetivos, que revelam o caráter da representação como um instrumento de visibilidade política.

As críticas de análise subjetivista

Diversos autores que adotam uma vertente crítica, Edson Nunes mostra que as abordagens estruturais conduzem a uma perda importante do universo subjetivo dos sujeitos, na medida em que questões como carência e participação política, por exemplo, são tratadas de forma generalizante sem qualquer consideração do aspecto subjetivo.

Para o autor, os indivíduos são postos de referência dentro das conjunturas e o que a princípio é da ordem subjetiva da ação, é deixado de lado. Como o próprio Nunes afirma:

> *a determinação de carências é um processo subjetivo e individual e é realizada mediante escolhas entre carências diversas, e estas implicam reciprocamente opções entre valores e modos de vida, o que é particularmente importante nas sociedades modernas. Por desconhecer a natureza subjetiva e individual das carências, qualquer teoria que tente pensar sistemas 'verdadeiros e falsos de carências' embute uma normatividade nada democrática. Daí decorre que a 'consciência de nós' (...) como é constantemente*

> *referida ao compartilhar de carências, nunca é um dado nas sociedades cujo pressuposto é a existência de 'indivíduos livres'.* (1989; p.68).

A questão que Nunes traz à tona é que as abordagens estruturais afastam-se de seu próprio objeto e colocam-no em uma dimensão de totalidade e, freqüentemente, refletem o projeto crítico de contestação ao sistema político, social e econômico, como um todo.

Para o autor, na medida em que se "reifica as estruturas" impede-se objetivamente toda possibilidade de que se vejam essas estruturas como produção das ações e relações humanas e de perceber a real importância das carências nas camadas populares. (Idem).

Nunes recorre a Marx, em sua reflexão sobre a dimensão subjetiva da determinação da noção de carência, afirmando que a dimensão da carência

> *não é contingente mas necessária. A percepção da carência supõe, portanto, a 'prática sensível' de um sujeito que a percebe, ou em outras palavras é sua criação, invenção ou intuição.* (Idem; p.80), para criticar que as análises feitas não levam em consideração a realidade *como atividade sensível do homem, como práxis, (...) subjetivamente.* (Marx:1972 apud Nunes: idem; p. 81).

Ressalta-se que a importância dada ao caráter subjetivo dos sujeitos não remete a uma abordagem individualista. Pelo contrário, o fato de se localizar valores e representações no universo da subjetividade implica vê-las inseridas no universo cultural e social, portanto, como construções sociais do sujeito no seu relacionamento social.

As críticas, de caráter político e subjetivo, realizadas por Jacobi e por Nunes apresentam-se como marco de referência para este trabalho, que pretende examinar a práxis social dos movimentos sociais mediante as representações sociais da política e o aspecto conflitivo e identitário que tais representações estruturam nos movimentos populares.

Sendo assim, as discussões acima referidas enfocam duas questões fundamentais para a questão enfrentada neste estudo: a articulação dos movimentos com o sistema político e o aspecto subjetivo de mobilização social.

Porém, é em Eder Sader, em sua obra "Quando novos personagens entram em cena" (1988), que encontramos uma referência fundamental para o estudo das formas de reconhecimento social e os conflitos como elementos estruturadores de identidades, porque o mesmo tenta associar representações, os conflitos e as relações políticas a partir do período de redemocratização no Brasil.

Um contexto para as matrizes discursivas

Além dos aspectos político e subjetivo, Eder Sader (1988) traz para o debate sobre os movimentos sociais as matrizes discursivas, definidas como um panorama de visibilidade política.

Sader inaugura uma nova perspectiva de análise sobre o movimento social que supera as críticas às abordagens estruturais, enfocando o seu ressurgimento pela ótica da percepção discursiva dos sujeitos, na qual são reavaliadas concepções sobre interesses, conflitos e identidades.

De um lado, Sader (1988) nos fala sobre um novo *"boom"* dos movimentos sociais nos fins da década de 70, fundado na descoberta de que a emergente participação social cria um novo imaginário político de discussão. Segundo o autor, a eclosão dos grupos populares da sociedade, naquele período, cria a perspectiva de uma nova valorização dos agentes sociais, que se referem às suas práticas lingüísticas e a seus lugares sociais de manifestações, e enfocam também a idéia de novas identificações da coletividade social. O ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil, segundo ele: *"tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real"*. (idem; p.27)

Esses novos sujeitos emergiam, criavam novos espaços de ação e, ao mesmo tempo, novas categorias para que se compreendessem essa emergência. O que parece emergir, segundo essa perspectiva, não são novas estruturas, mas sim, sujeitos reavaliando questões e posições dentro da sociedade, no que diz respeito as suas representações sobre a realidade. Nesse aspecto, o cerne da questão é a prática discursiva, que necessariamente revela a produção de sentido dos sujeitos nos movimentos sociais.

Se falamos de sujeitos e discursos, estamos, obviamente, nos referindo a linguagem e a conhecimento, conseqüentemente, a ideologia.Também, ao tratarmos de sujeitos, estamos fazendo referência a identidades que se revelam pelas práticas discursivas. Nesse sentido, mesclam-se: sujeito, subjetividade, representações e

práticas sociopolíticas como uma nova perspectiva para a abordagem do social.

Na abordagem de Eder Sader, a matriz discursiva se revela como ponto fundamental da reavaliação dos movimentos sociais. É claro que os discursos são a ferramenta da ação, mas uma ferramenta que é anteriormente determinada por uma representação que o sujeito faz sobre a realidade, pois o discurso é objeto de releitura da realidade, que flui como expressão dela, conforme ele afirma.

A distinção entre discurso e sujeito não gera contradição, pelo contrário, reforça a idéia de que a ação do sujeito apenas se revela enquanto ação do discurso, por uma compreensão e interpretação que o sujeito tem sobre a realidade que não é a descrição desse real, mas uma leitura reconceitualizada sobre este real.

Sader afirma que a relação entre sujeito, realidade e discurso como se segue:

> *Se pensamos num sujeito (...) nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui (...) mas essas demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico encontra-se, antes dos discursos, apenas em estado de existência virtual. (...) é claro que, quando nos referimos a essa existência virtual antes dos discursos, trata-se apenas de uma situação lógica, já que tais demandas jamais existem nesse estado mudo; em cada situação concreta se encontram materializadas de um modo particular. (idem; p. 58).*

Ou seja, essa existência virtual sobre a qual o sujeito discursa, sobre ela reivindicando, questionando, criticando, reverenciando ou negando, apenas é realizada após o sujeito reinterpretá-la, no sentido de que esse sujeito só realiza alguma ação de fala sobre as coisas na medida em que as coisas representam algo para ele.

É a representação que os sujeitos fazem das carências ou das simbologias que motiva qualquer prática discursiva sobre elas.

> *(...) se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila de periferia, podemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários a sua reprodução, quanto de ações e símbolos através dos quais*

> *eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade.* (idem).

O que antes era da ordem da virtualidade existencial passa a ser da ordem da dignidade dos sujeitos, e essa passagem é feita pela representação na medida em que a dignidade é algo importante para os sujeitos e se expressa discursivamente; e se essa importância se revela numa simples fala ou por um discurso politicamente articulado, isso não exclui as representações que a dignidade passa a ter dentro do discurso, pelo contrário, reafirma-se concretamente.

Nesse sentido, as matrizes discursivas devem ser compreendidas como *modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significados. Implicam também, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (...) na referência a determinados valores e objetivos.*(idem; p.143).

Sobre esse aspecto compreendemos que no processo das relações e lutas sociais, os sujeitos utilizam-se das representações, como apropriadamente fala este autor, na medida em que nessas relações e lutas sociais, esses sujeitos criam representações no que se refere ao processo dos acontecimentos e no que se refere a eles próprios no processo cotidiano, e *"para essas reelaborações de sentidos eles recorrem a matrizes discursivas, de onde extraem"* modos de percepção da vida social (idem; p.142).

Dentro desse contexto, os movimentos sociais reavaliam algumas questões: seu lugar social como espaço de ação, sua posição enquanto agente, representações como questões relevantes e seu discurso como prática.

Sader procura destacar a influência dos agentes externos nos movimentos sociais, com base nas matrizes discursivas, e apresenta três agentes que se mostram como catalisadores do discurso popular: a igreja, o partido e o novo sindicalismo, os quais procuram estabelecer laços identitários com os movimentos sociais. Essa associação de agências revelará um aspecto importante nas expressões de ações dos movimentos.

Dentro desse contexto, o espaço de visibilidade política dos movimentos consiste num processo de reelaboração de suas ações, a partir dos quais se configuram novas formas de identidades coletivas. Segundo Sader, embora os movimentos, em alguns momentos, objetivassem interesses comuns, relacionados ao cotidiano, as formas de expressão desses objetivos se diferenciavam a partir do contexto de diversificação das condições sociais (materiais e simbólicas) pois,

no período em análise, as estruturas sociais se mostravam fragmentadas, o que proporcionava uma variação ampla das formas de expressão na sociedade.

Com isso, ele argumenta que em determinado momento os movimentos sociais produziram fusões sociais, como maneira de constituirem novos sentidos à identidade, sem dissolver a multiplicidade das formas de ações sociais.

Poderíamos definir esse contexto como formador de processos sociais de conflitos que se tornam visíveis nos espaços públicos de ações dos movimentos, situados entre o sistema político e a sociedade civil que se configuram como lugar social de conflito.

Os movimentos sociais se organizam a partir da reelaboração de seus interesses e tais elaborações estruturam-se com base nas representações que são feitas sobre a realidade. Havíamos dito anteriormente que as representações sociais estruturam interesses identitários como forma de resistência social, se imaginarmos isso dentro do contexto das matrizes discursivas verificamos que há uma proximidade entre os agentes externos e os movimentos sociais, porém, não há uma identificação ao ponto de se constituirem como um único agente. Os interesses sociais se aproximam, mas os interesses identitários divergem e esse é o ponto fundamental de nossa discussão sobre a formação social do conflito a partir do processo de representações sociais nos movimentos populares.

A concepção de representação social na prática discursiva não é discutida por Sader, trata-se de uma reflexão nossa na tentativa de demonstrar o que está por trás e motiva a ação discursiva da identidade. A essa motivação, Sader chama de "realidade em existência virtual" e nós chamamos de processos sociais de representação, conforme já discutido neste trabalho.

Ao enfocarmos o processo das relações políticas, a partir das interações que os movimentos populares estabelecem com os agentes externos, sugerimos que as formações de discursos sobre a identidade seguem a lógica do conflito social. Vejamos esta questão numa discussão específica sobre os conflitos sociais, com base nas referências teóricas de Simmel e Foucault.

Os processos sociais do conflito

A premissa básica desse tópico é que a representação social constitui identidade a partir de interesses sociais relacionados ao processo de conflito e isso é caracterizado nas formas de ação social e decisões dos movimentos.

Dentro desse contexto, as decisões que são tomadas, na maioria da vezes a partir dos interesses majoritários de seus membros, indicam o que nós chamaríamos uma economia de conflitos internos do grupo, ou seja, redução das divergências na elaboração dos interesses comuns, o que implicaria uma idéia de coesão identitária de ação no contexto interno do movimento social.

Ao contrário, no contexto da relação entre um Movimento Popular de Bairro ou Associação de Moradores com outras entidades, como ONGs e partidos políticos, parece não haver homogeneidade de interesses no sentido de minimizar conflitos. A questão que se discute na relação do movimento social com esses determinados agentes externos se refere aos interesses que tais agentes implementam com os movimentos, no que diz respeito aos partidos políticos, por exemplo, estes buscam a legitimidade de sua representação política no apoio dos movimentos sociais fazendo-se, às vezes, porta-voz institucionais dos próprios movimentos, enquanto as ONGs visam constituir uma relação de poder num nível diferente que por sua vez se refere à interferência interna do próprio movimento procurando assumir assim um papel funcional de orientação dos movimentos, às vezes procurando interferir no poder de decisão dos movimentos, o que faz com que se constitua um ambiente conflitivo.

O conflito e as relações de poder, no que se refere à política, não se apresentam como um fato social dado, pois as representações sociais sobre as políticas normativas constituem um processo crítico de sua reelaboração por parte dos indivíduos que formam os movimentos populares. Nesse contexto, a imagem do conflito e as relações de poder aí estabelecidas são fruto desse processo. É possível também admitir que a construção do conflito não é apenas fruto objetivo dos interesses, mas das representações sobre as quais estão ancorados tais interesses com base nos conhecimentos dos indivíduos, adquiridos no processo da vida cotidiana, a partir de uma prática política que incide em suas formações sociais.

Para discutir as relações de conflito e poder, recorremos às bases teóricas da sociologia de Simmel e à filosofia analítica de Michael Foucault.

Simmel (1983) trata sociologicamente do conflito, afirmando que este é uma forma concreta de sociação. Embora pareça paradoxal, o conflito, na sociologia deste autor, é um fenômeno imbricado necessariamente nas relações sociais.

Se toda interação entre homens é uma sociação, o

> conflito, *(...) deve ser considerado uma sociação. (...) o conflito está assim destinado a resolver dualismo divergente; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. (...) o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. (idem; p. 122).*

A relevância sociológica do conflito é dada pela análise das forças antagônicas na manutenção das formas sociais. Isso implica que a idéia de divergência e diferenças, imbricada na definição social do conflito, precede a qualquer idéia de harmonia e unidade social.

> *A contradição e o conflito não só precedem a esta unidade como operam em cada momento de sua existência (...) um grupo absolutamente centrípeto não só é irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real. (...) a sociedade para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (idem; p. 124).*

Como é possível ver, as relações sociais pressupõem posições e interesses distintos que estão implicados em relações de poder e, dentro de tal pressuposição, o ideal de igualdade nas relações sociais é utópico e irrealizável do ponto de vista de uma sociologia que tem como problema central as relações sociais.

Isso é dito pelo fato de que a análise microssociológica tem uma proximidade mais concreta com a fundamentação do processo da relação entre os indivíduos do que as abordagens macrossociais, sendo possível perceber o processo social das diferenças nas relações sociais.

Sendo assim, é possível verificar estratégias e correlações de forças, o que nos faz pensar no conflito e no poder como "instituinte onipresente".

Foucault (1988;1993) partilha dessa lógica que percebe as relações sociais como relações de conflito e poder, embora o faça segundo sua própria perspectiva. Enquanto Simmel tem uma preocupação sociológico-explicativa na qual a idéia de conflito é algo que mantém as formações sociais (sociação), Foucault preocupou-se com uma analítica do poder que, ao contrário de uma teoria que explique as relações de poder, trata da proliferação das relações de

poder socialmente estabelecidas. Ambos, entretanto, têm preocupação com as relações sociais.

Foucault (1980) critica a concepção institucional de poder como única forma de explicação das relações do conflito, considerando-a reducionista, e a chama de "jurídico discursiva". Tal concepção de relações sociais de poder constitui o poder lei, ou seja, o poder instituído pela lógica da funcionalidade da interdição (proibição, sujeição e submissão), perdendo a dimensão real, que é fruto social das ações subjetivas dos sujeitos. As relações sociais de poder e conflito presentes nas matrizes jurídico-discursivas têm sempre um conteúdo teórico ligado à enunciação da lei, que não cobre o núcleo ou a base das microrrelações sociais.

É a partir da crítica a essa concepção de relações sociais conflitantes proporcionada pela interpretação do poder estrutural, que tem como referência teórica a imagem do poder lei soberana, que este autor desenvolve a sua análise.

> *É dessa imagem que precisamos liberarmo-nos, isto é, do privilégio teórico da lei e da soberania, se quisermos fazer uma análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos. É preciso criar uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo.* (idem; p.87)

O que Foucault pretende é desestruturar a abordagem sobre a relação de poder e o discurso criado sobre ele. Para tanto, o seu método não postula o poder como dominação institucional, ou seja, aparelhos instituintes de dominação nas relações sociais do conflito, e sujeição dos indivíduos dentro do Estado. Pelo contrário, o poder e conseqüentemente o conflito devem ser compreendidos a partir de um método que o enfoque como uma multiplicidade de correlações de forças presentes nas relações sociais. É esta concepção que o aproxima de Simmel, para quem o conflito integra efetivamente as formações sociais[2]. Para Foucault :

---

2 Sem termos a intenção de amarrar um mesmo fio condutor aos dois autores, poderíamos afirmar que a concepção de conflito e poder, presentes nas relações sociais as quais ambos utilizam como análise, tem um caráter efetivo de permanência, ou poderíamos dizer um caráter de onipresença efetiva e perpétua a qual exclui uma idéia social de homogeneidade harmônica. Como dissemos, essa é uma concepção que enfoca poder e conflito a partir da lógica da onipresença e justificamos tal afirmação pelo fato de que a produção e reprodução do poder e do conflito se faz a cada instante e em toda parte, ou seja, em todas as relações.

> *O poder está em toda parte; e não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E o poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte e de auto reprodutor, é apenas efeito do conjunto esboçado a partir de todas estas mobilidades, (...) o poder não é uma instituição e nenhuma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma estratégia complexa na sociedade. (idem; p.89).*

Nesse sentido, o poder é uma estratégia imanente às relações sociais pelas correlações de força e, segundo Foucault, é no campo dessas correlações de força que se deve analisar o poder, que por sua vez é pluriforme e, por isso, presente com formas diferentes e descontínuas nas relações sociais e na produção social do discurso.

> *(...) Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso dominante e o dominado; mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem estar em estratégias diferentes. (idem; p.90).*

Desse modo, pensar as relações sociais numa lógica reducionista de dominantes e dominados não somente reduz as ações sociais a uma lógica binária, como inibe a real pluriformidade das ações, presentes, sobretudo, no sistema político e no espaço público de atuação dos movimentos populares. E, assim, preciso explicar as ações pelo jogo complexo das relações sociais que estão envolvidas nos conflitos. Pois, como o próprio Simmel afirma *"(...) o desaparecimento de energias de repulsão não resulta numa vida social mais rica e mais plena, mas num fenômeno (...) irrealizável."* (idem; p.126).

As oposições nas relações sociais, para Simmel, são elementos imanentes das próprias relações sociais e estas estão intrinsecamente entrelaçadas a outros motivos de existência dessas relações.

> "As relações de conflito, por si mesmas não produzem um estrutura social. (...) Nesse ponto o conflito, em sua forma variada, associada a outras formas de relações é que possivelmente pode resultar a uma explicação sociológica consistente." *(idem; p.128). Remetendo essa linha de análise para um ponto de vista subjetivo, Simmel afirma que* "os processos de dentro do indivíduo(...) são, a cada momento, tão diversificados e

> *contêm tal multiplicidade de oscilações variadas e contraditórias, que designá-los por qualquer de nossos conceitos psicológicos é sempre imperfeito e realmente enganoso pois os momentos da vida individual também nunca se ligou por um elo somente" (idem; p. 129),*

mas poderíamos dizer que o nosso universo subjetivo se forma por uma complexidade de "elos" diferenciados por posições diversas e necessariamente conflitantes.

Se pudéssemos criar uma imagem para representar isso, diríamos que as ações subjetivas e as relações sociais seriam preenchidas por uma diversidade de combinações infinitas de cores e não apenas preto e branco, sobretudo quando pretendemos discutir as noções de conflito e poder na ótica da vida cotidiana.

O conflito e as relações de poder fazem parte da vida social, ambos são fenômenos do processo das relações estabelecidas por sujeitos que em si são diferentes, compreendem as coisas de formas diversas e agem de formas distintas. Nesse sentido, a representação social reforça a idéia de diversificação que é pertinente ao conflito, porque promove ainda mais o processo da diversificação na medida em que cria uma gama de variações sobre o objeto representado, ou seja, uma variação de imagens remodeladas. Pensemos no caso da política partidária: as propostas apresentadas por partidos ou ONGs não são a princípio aceitas como verdade ou como algo real porque os indivíduos necessitam compreendê-las a partir de suas realidades, ou seja, trazê-las para o plano familiar, remodelando o seu aspecto original desde as experiências e conhecimentos adquiridos em suas histórias de vida e na história de vida do grupo ao qual eles fazem parte. A esse processo de recriação está relacionado a diversificação, o que favorece mudanças e transformações sobre propostas existentes.

Nesse sentido, as representações sociais sobre a política normativa, sendo um processo remodelador dessa própria política, contribuem para o estabelecimento de relações conflitivas entre os sujeitos que elaboram representações, o objeto que é representado e os indivíduos que divulgam tal objeto. O processo de recriação remete algumas vezes não só a diferenças, mas também a oposições e antagonismos ao objeto representado oriundos dos interesses dos indivíduos que propõem novos significados ao objeto, dando-lhe um outro caráter de verdade diferente do seu caráter inicial.

Dessa forma, a representação social é resultado de uma

produção interativa que pode constituir uma identidade no sentido de resistência a influências externas. O estudo da representação social da política normativa por parte dos indivíduos que compõem movimentos sociais deverá trazer novos elementos para discussão do lugar do indivíduo no processo de mudança social.

Bibliografia

ABRIC, Jean-Claud. (1984). *Pratiques Sociales et Representations.* Paris. PUF.

ALONSO, Luiza Klein. (1994). "Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social". in: SPINK. M. Jane. (org.) *A cidadania em construção uma reflexão transdisciplinar.* São Paulo. Cortez.

ANDRADE, Maria A. Alonso. (1996). *Redefinindo o Conceito de Cultura Política:* cultura política e representações sociais. Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS.

BOURDIEU, Pierre. (1987). *Economia das Trocas Simbólicas.* São Paulo. Perspectiva.

_____.(1989). *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil. Lisboa, Difel.

CARDOSO, Ruth C.L. (1983) "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico". in SORJ,Bernad e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64.* São Paulo. Brasiliense.

CASTELLS, Manuel. (1983) *Cidade Democracia e Socialismo.* 2ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1976). *Lutas Urbanas e Poder Político.* Cidade em questão 05.Porto. Afrontamentos.

_____. (1993) *The City and Grassroot. A crosscultural theory of urban social moviment.* Berkeley:University of California Prees.

_____. (1975). Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Lisboa. Presença.

_____. (1980) Cidade, Democracia e socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro Paz e Terra.

CAVALCANTI, Taciana. (1991). *Daqui não Saio daqui Ninguém me Tira.* Dissertação de Mestrado em Serviço Social.UFPE.

COSTA, Sérgio. (1997). *Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo:* notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. CFCH. UFSC.

_____. (1996). *Contexto da construção do Espaço Público no Brasil.* Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS. GT 2 - Cultura Política. ANPOCS.

_____. (1994) "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa" in. Novos Estudos: São Paulo: CEBRAP, n. 38, Março de 1994.

_____. (1997) "Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. in. RBCS. ANPOCS. São Paulo. n. 35, Outubro de 1997.

FARR, Robert M. (1988). Las Representaciones Sociales.In MOSCOVICI, S. (org.) *Psicologia Social II.* Barcelona. Paidos

_____. (1995). "Representações Sociais: A teoria e sua história".In GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis. Vozes.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (1980). A Representação Social da Psicanálise. In FIGUEIRA (org.) *Psicanálise e Ciências Sociais.* Rio de Janeiro. Francisco Alves

FONTES, Breno A. Souto Maior. (1996). "Redes de solidariedade e movimentos reinvindicativos urbanos" in: NORMA, Lacerda de; e LEAL, Suely Ribeiro (Orgs.) UFPE.

FOUCAULT, Michel. (1980). *História da Sexualidade I:* A Vontade de Saber. Rio de Janeiro. Graal.

_____. (1993). *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro. 11ed. Graal

GOUVEIA, Taciana M. de V. (1993). *Repensando Alguns Conceitos:* sujeito,representação social e identidade coletiva. Recife. UFPE. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. (1993). *Micropolítica:* cartografias do desejo. Petrópolis. Vozes.

HUNT, S. BENFORD, R. SNOW, D. (1994) "Marcos de accion colectiva y campos de identidad en la construción social de los movimentos" in: LARANA, E. GUSFIELD, J. Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideologia a la identidad. Madrid. CIS.

JACOBI, Pedro. (1987) "Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão" in SCHERER-WARREN, Ilse e Kriscke, Paulo J. (orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina.* São Paulo. Brasiliense.

_____.(1993). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas* - demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo 1974 - 1984. 2ª ed. São Paulo. Cortez.

JODELET, Denise. (1988). La representacion Social: fenomenos,

Concepto y teoria. In MOSCOVICI, S. (org.) *Psicologia Social* II. Barcelona. Paidos.

KRUG, Jorge. (1984) *Mobilização Comunitária.* 4ª ed. São Paulo. Cortez.

KOWARICK, Lúcio. (1982). O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. in MOISÉS, José Álvaro et al. *Cidade Povo e Poder.* São Paulo, Paz e Terra. CENDEC.

MELUCCI, Alberto. (1990). *Sistema Politico, partiti e movimenti sociali.* Milão. Feltrinelli Editore.

_____. (1989). "Um Objetivo Para os Movimentos Sociais". Lua Nova, São Paulo: (n.17). Jun/89.

_____. (1994) "Que hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales? in: LARANA, E. GUSFIELD, J. Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideologia a la identidad. Madrid. CIS.

MOISÉS, J. Álvaro. (1982). O Estado, as contradições Urbanas e os Movimentos Sociais. in MOISÉS, J. A. et al. *Cidade, povo e poder.* Rio de Janeiro: Paz e Terra / CENDEC; v.5.

MOSCOVICI, Serge. (1978). *A Representação Social da psicanálise.* Rio de Janeiro. Zahar.

_____ y Hewstone, Miles. (1988). de la Ciência al sentido comun. In MOSCOVICI, S. (org.) *Psicologia Social II.* Barcelona. Paidos.

_____ y Doise, Willem. Las Decisiones en grupo. In MOSCOVICI, S.(org.) *Psicologia Social II.* Barcelona. Paidos.

NUNES, Edison. (1989). "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". Lua Nova, São Paulo: (n.17). Jun/89.

OLIVEIRA, Anazir M; CARVALHO, Cyntia P. de. (org.) (1994). *Favelas e as Organizações Comunitárias.* Petrópolis. Vozes.

PENA, Maura. (1989) "Identidade, Movimentos Sociais". Política e Trabalho, João Pessoa. n. 7.

SÁ. Celso Pereira de. (1993). "Representações Sociais: O Conceito e o Estado Atual da Teoria": in SPINK,M. Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano.* As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social. São Paulo. Brasiliense.

SADER, Sader. (1988) *Quando Novos Personagens Entram em* Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 - 1980. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

SILLS, L. David. (Dir.). *Enciclopedia Internacional de las Ciências Sociales*. Vol.5. Madrid. 1975.

SPINK, Mary Jane. (1993). "O Estudo Empírico das Representações Sociais": in, SPINK, M. Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano*. as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo. Brasiliense.

_____ . (1995). "Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de Análise das Representações Sociais." in GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis. Vozes.

_____. (1991). Representações Sociais: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro. VI Encontro de Psicologia Social. ABRAPSO.

SIMMEL, George. (1983). Sociologia. Evaristo de Moraes Filho. (org.) São Paulo. Ática.

SILVA, Ana Amélia. (1993)."As ONGs. e sua relação com o Poder Público Municipal. in: SILVA, Neide.(org.) ONGs. *e Poder Local*. Recife. ETAPAS.

SILVA, Neide; GERARD, Andre. (Coord.) (1990). Movimento de Bairro: o movimento de bairro e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e1989. 2ª ed. Recife. ETAPAS.

_____. et. alli. (1988). Movimento de Bairro: Repetição/Invenção. Recife. ETAPAS.

SILVA, Sérgio Luís P. (1996). "Senso comum cotidiano e conflito: elementos para um estudo das representações sociais da política nos movimentos populares" in *Movimentos Sociais*: motivações e representações. Textos para Discussão. Recife. PPGS. UFPE

TELLES, Vera da Silva. (1987) "Movimentos Sociais: Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70". In SCHERER-WARRER, Ilse e RISCHKE, Paulo J.(orgs.). *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo. Brasiliense.

TOURAINE, Alain. (1989a). *Palavra e Sangue*: política e sociedade na América Latina Campinas. Ed. Unicamp / São Paulo. Trajetória Cultural.

_____. (1989b). "Os Novos Conflitos Sociais". Lua Nova, São Paulo: (n.17). Jun/89

_____. (1995). *Crítica da Modernidade*. 2.ed. Petrópolis. Vozes.

VALLA, Jorge. MONTEIRO, Maria Benedita (1992). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.